

2ºRTD-RJ - 1038720

Emol: 848,44 / Distrib: 17,68 / Lei 111/06: 32,6
M/A: 10,86 / FETJ: 130,63 / LEI 6281: 26,12
Lei 4.664/05: 32,65 / Tot. Emol. (R\$): 899,0
PARÂM: Vias: 5 / Nome(s): 6 / Págs: 55
Proc. Estr.: N / Averb.: N / Dilaç.:
R. 1038720



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CLÍNICA DELFIN GONZALEZ MIRANDA S.A.

celebrado entre

CLÍNICA DELFIN GONZALEZ MIRANDA S.A.

como Emissora

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

e

DELFIN MÉDICOS ASSOCIADOS LTDA.

CLÍNICA DELFIN VILLAS DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM LTDA.

DELFIN SAJ MÉDICOS ASSOCIADOS LTDA.

IDI INSTITUTO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA.

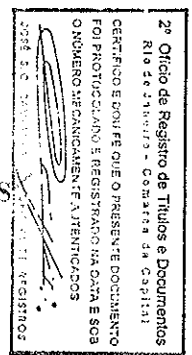
E

CLIN - CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM NATAL LTDA. - ME

como Intervenientes Garantidoras

Datado de

15 de julho de 2013

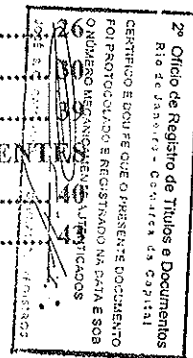


1038720
REGISTRAR E SEGUIR ANEXO

2º RTD-RJ REGISTRADO PARA OS FINS DO ART. 127, INCISO VII DA LEI DE REGISTROS PÚBLICOS: CONSERVAÇÃO E PERPETUIDADE DO DOCUMENTO.

ÍNDICE

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES.....	4
CLÁUSULA II REQUISITOS	5
CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO.....	7
CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES.....	10
CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA DE EMISSÃO	19
CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO, AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA E AQUISIÇÃO FACULTATIVA.....	19
CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO.....	22
CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS INTERVENIENTES GARANTIDORAS.....	
CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO	
CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS	
CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS INTERVENIENTES GARANTIDORAS.....	
CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS	



103 8720
REGISTRAR
E SEGUERANÇA

2º RTD-RJ REGISTRADO PARA OS FINS DO ART. 127, INCISO VII
DA LEI DE REGISTROS PÚBLICOS: CONSERVAÇÃO E
PERPETUIDADE DO DOCUMENTO.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CLÍNICA DELFIN GONZALEZ MIRANDA S.A.

Pelo presente instrumento,

CLÍNICA DELFIN GONZALEZ MIRANDA S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Avenida Antônio Carlos Magalhães, nº 442, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 16.047.490/0001-11, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("**Emissora**" ou "**Companhia**");

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de representante da comunhão de titulares das Debêntures ("**Debenturistas**"), neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("**Agente Fiduciário**");

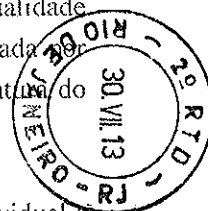
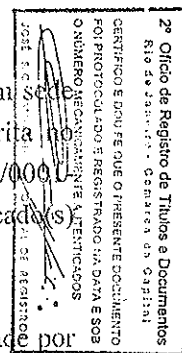
sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "**Partes**" e, individual e indistintamente, como "**Parte**"; e

DELFIN MÉDICOS ASSOCIADOS LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Avenida São Rafael, nº 2.152, São Marcos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.861.235/0001-80, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("**Delfin Médicos**");

CLÍNICA DELFIN VILLAS DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade de Lauro de Freitas, Estado da Bahia, Loteamento Varandas Tropicais, Lote 01, Quadra 03, Vilas do Atlântico, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.049.064/0001-27, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("**Clínica Delfin Villas**").

DELFIN SAJ MÉDICOS ASSOCIADOS LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia, na Rua Luis Argolo, nº 59, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.993.021/0001-09, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("**Delfin SAJ**").

2ª RTD-RJ REGISTRADO PARA OS FINS DO ART. 127, INCISO VII DA LEI DE REGISTROS PÚBLICOS: CONSERVAÇÃO E PERPETUIDADE DO DOCUMENTO.



103 8720
REGISTAR
FISCAL
103 8720

IDI INSTITUTO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia, na Avenida Getúlio Vargas, nº 3.506, Ponto Central, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.985.044/0001-43, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("IDI").

CLIN - CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM NATAL LTDA. - ME, sociedade limitada, com sede na Cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, na Avenida Rodrigues Alves, nº 785, Tirol, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.943.065/0001-24, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("CLIN" e, em conjunto com Delfin Médicos, Clínica Delfin Villas, Delfin SAJ e IDI, "Intervenientes Garantidoras");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura de Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Clínica Delfin Gonzalez Miranda S.A." ("Escritura de Emissão"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado lhes atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

Para fins desta Escritura de Emissão, "Dia(a) Útil(eis)" significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados nacionais ou feriados no Município de São Paulo, Estado de São Paulo e no Município de Salvador, Estado da Bahia.

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES

1.1. Autorização da Emissora

A presente Escritura de Emissão é firmada com base na deliberação da:

(i) Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 11 de julho de 2013 ("AGE da Companhia"), na qual foram deliberadas: (a) a aprovação da Emissão (conforme definido na Cláusula II abaixo), bem como seus termos e condições; (b) a autorização à Diretoria para ceder fiduciariamente os recebíveis de planos de saúde devidos à Companhia; (c) a aprovação da outorga pelas Intervenientes Garantidoras de garantia fidejussória; (d) a autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE da Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 59, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada

2ª RTD-RJ REGISTRADO PARA OS FINS DO ART. 127, INCISO VII
DA LEI DE REGISTROS PÚBLICOS: CONSERVAÇÃO E
PERPETUIDADE DO DOCUMENTO.

("Lei das Sociedades por Ações"); e (e) aprovação das Garantias (conforme definido na Cláusula IV abaixo) a serem prestadas pelas Intervinentes Garantidoras;

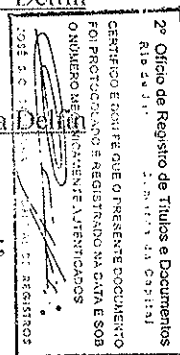
(ii) Assembleia de Sócios da Delfin Médicos realizada em 11 de julho de 2013 ("ARS da Delfin Médicos");

(iii) Reunião de Sócios da Clínica Delfin Villas realizada em 15 de julho de 2013 ("ARS da Clínica Delfin Villas");

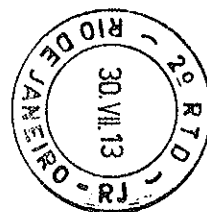
(iv) Assembleia de Sócios da Delfin SAJ realizada em 10 de julho de 2013 ("ARS da Delfin SAJ");

(v) Reunião de Sócios da IDI realizada em 10 de julho de 2013 ("ARS da IDI"); e

(vi) Reunião de Sócios da CLIN realizada em 15 de julho de 2013 ("ARS da CLIN").



CLÁUSULA II REQUISITOS



A primeira emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, da Emissora ("Debêntures"), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), nos termos desta Escritura de Emissão ("Emissão" ou "Oferta Restrita"), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

1038720
REGISTRAR
E SECEPANGA

2.1. Arquivamento na Junta Comercial e Publicação dos Atos Societários

2.1.1. A ata da AGE da Companhia será arquivada na Junta Comercial do Estado da Bahia ("JUCEB") e publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia e no Jornal "A Tarde" ("Jornais de Publicação da Companhia") em conformidade com o artigo 62, inciso I e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2. Os atos societários da Emissora que pela lei são passíveis de serem arquivados e publicados e que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura de Emissão também serão arquivados na JUCEB, bem como serão publicados nos respectivos Jornais de Publicação da Companhia.

2.1.3 A Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário cópia da ata da AGE que deliberou a Emissão devidamente arquivada na JUCEB, bem como das referidas publicações, antes da Data de Integralização das Debêntures.

2º RTD-RJ REGISTRADO PARA OS FINS DO ART. 127, INCISO VII
DA LEI DE REGISTROS PÚBLICOS: CONSERVAÇÃO E
PERPETUIDADE DO DOCUMENTO.

5
[Handwritten signature]

2.2. Arquivamento da Escritura de Emissão na Junta Comercial do Estado da Bahia

2.2.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCEB, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora enviará ao Agente Fiduciário uma via original da Escritura de Emissão e dos eventuais aditamentos registrados na JUCEB em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de obtenção do registro.

2.3. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.3.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.3.2. A Emissão não será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro na ANBIMA, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", em vigor desde 1º de junho de 2011.

2.4. Registro para Distribuição e Negociação

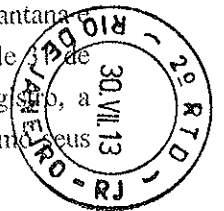
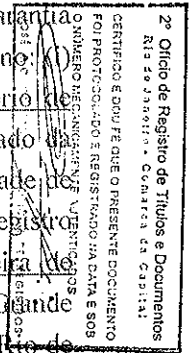
2.4.1. As Debêntures serão registradas para:

- (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados de Valores Mobiliários ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada por meio da CETIP; e
- (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definidos na Cláusula 3.5.2 abaixo) nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e depois do cumprimento pela Emissora do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.5. Registro da Garantia

2.5.1. A presente Escritura de Emissão, bem como seus respectivos aditamentos, em função da garantia fidejussória, serão protocolados em até 20 (vinte) dias corridos contados da data de sua assinatura no: (i) Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Salvador, Estado da Bahia ("Cartório de Salvador"); (ii) Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Lauro de Freitas, Estado da Bahia ("Cartório de Lauro de Freitas"); (iii) Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia ("Cartório de Santo Antônio de Jesus"); (iv) Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia ("Cartório de Feira de Santana"); (v) Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte ("Cartório de Natal") e (vi) Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ("Cartório do Rio de Janeiro" e, em conjunto com o Cartório de Salvador, Cartório de Lauro de Freitas, Cartório de Santo Antônio de Jesus, Cartório de Feira de Santana e o Cartório de Natal, "Cartórios"), na forma prevista na Lei de Registros Públicos, de nº 6.015, de 30 de dezembro de 1973, conforme alterada. No prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do seu registro, a Emissora obriga-se a apresentar ao Agente Fiduciário cópia desta Escritura de Emissão, bem como seus respectivos aditamentos, registrados nos respectivos Cartórios mencionados acima.



CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social (i) a prestação de serviços, diretamente ou por meio de pessoas conveniadas ou contratadas, de medicina diagnóstica, em todos os seus campos e áreas, inclusive nas áreas de radiologia, diagnósticos por imagem, métodos gráficos, análises clínicas, medicina nuclear, patologia clínica, laboratorial e outras, podendo manter laboratórios, participar de pesquisas, prestar serviços auxiliares e desenvolver atividades complementares ou de suporte a essas atividades; bem como (ii) a participação entre outras sociedades ou empreendimentos.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Escritura de Emissão constitui a primeira emissão para distribuição pública de Debêntures simples da Emissora.

REGISTRAR
E
SE
CIPANÇ
A

103 8720

7
[Handwritten signature]

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão").

3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em uma única série.

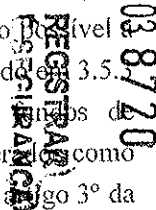
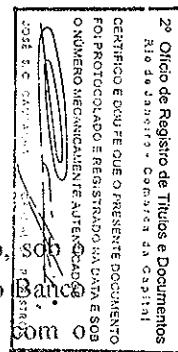
3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder") e do Banco Santander (Brasil) S.A. (em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"), de forma individual e não solidária, na proporção de 1/2 (um meio) para cada Coordenador, nos termos do "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Clínica Delfin Gonzalez Miranda S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição").

3.5.2. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido em 3.5.3 abaixo), sendo que a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados (conforme definido em 3.5.3 abaixo), em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476. Adicionalmente, quaisquer investimentos cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o parágrafo único do artigo 3º da Instrução CVM 476.

3.5.3. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, são considerados "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando a respectiva condição de Investidor Qualificado e de que está ciente e declara que: (i)



a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias (conforme definido nas Cláusulas 4.15 e 4.16 abaixo).

3.5.5. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.5.6. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar aos Coordenadores, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que recebeu de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.5.7. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.

3.5.8. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

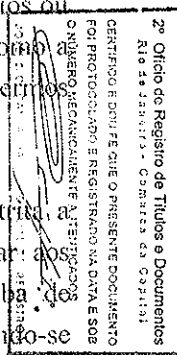
3.5.9. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1. O banco liquidante da Emissão e o escriturador mandatário das Debêntures é o Banco Bradesco S/A, instituição financeira com sede na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e/ou "Escriturador Mandatário"), sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário.

3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora, por meio da Emissão das Debêntures serão utilizados para o reperfilamento de seu passivo financeiro, na gestão ordinária dos negócios da Companhia.



103 872 0
REGISTRAR
E CONSERVAÇÃO

9

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 08 de julho de 2013 ("Data de Emissão").

4.1.2. **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão escriturais e nominativas, sem emissão de cautelares ou certificados.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória.

4.1.4. **Prazo e Datas de Vencimento:** O prazo das Debêntures será de 05 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento final previsto para 08 de julho de 2018 ("Data de Vencimento"). Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, nos termos da Cláusula 4.1.5.

4.1.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

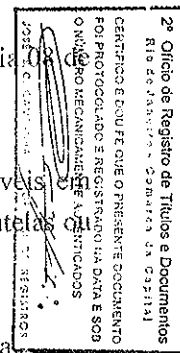
4.1.6. **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 50 (cinquenta) Debêntures.

4.2. Remuneração

As Debêntures serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

4.2.1. **Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado.

4.2.2. **Juros Remuneratórios:** As Debêntures farão jus a uma remuneração equivalente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros-DI de um dia, denominadas "Taxas DI over extragrupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 2,73% (dois inteiros e setenta e três centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), a partir da Data de Integralização (ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável), inclusive, até a data de seu efetivo pagamento, exclusive ("Sobretaxa" e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração").



103 8720
REGISTRAR
E SEGUERANÇA

4.2.2.1 A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Días Úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), referente a cada Período de Capitalização, conforme abaixo definido, na data do efetivo pagamento das Debêntures, obedecida a fórmula abaixo. Farão jus à Remuneração aqueles que forem Debenturistas ao final do Dia Útil imediatamente anterior à data de pagamento.

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

- (a) “J” = valor da Remuneração devida ao final do Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- (b) “VNe” = Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- (c) “Fator Juros” = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

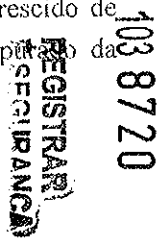
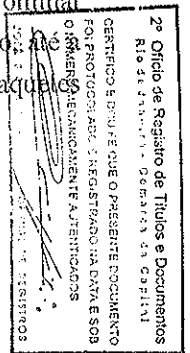
Sendo que:

- (d) “Fator DI” = corresponde ao produtório das taxas DI, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até o término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

- (i) “k” = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até “n”;
- (ii) “n” = número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro; e

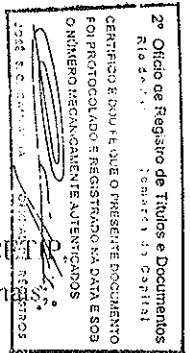


- (iii) " \underline{TDI}_k " = fator da taxa DI, de ordem k, expresso ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{252}{DT}} - 1$$

Sendo que:

- (i) " \underline{k} " = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;
- (ii) " \underline{DI}_k " = Taxa DI, de ordem k, expressa ao ano, divulgada pela CEF, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.



- (e) Fator *Spread* = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

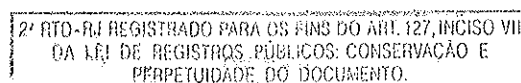
Sendo que:

- (i) "spread" = 2,7300 (dois inteiros e setenta e três centésimos), informado com 4 (quatro) casas decimais; e
- (ii) "n" = número de Dias Úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro.
- (iii) "DP" = número de Dias Úteis entre a data da primeira Integralização e o primeiro evento de pagamento, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.
- (iv) "DT" = número de Dias Úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro.



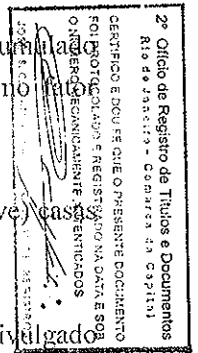
observado ainda:

- (A) "Período de Capitalização": Define-se como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a data de Vencimento. A

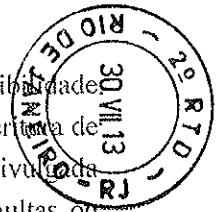


Remuneração correspondente aos Períodos de Capitalização será devida trimestralmente, conforme disposto na Cláusula 4.4 abaixo;

- (B) O fator resultante da expressão $(1 + TD/k)$ deve ser considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento, assim como seu produtório;
- (C) Efetua-se o produtório dos fatores diários, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (D) O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- (E) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgada pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.



4.2.2.2. Observado o disposto na Cláusula 4.2.2.3. abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, para apuração de TDIk, a última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.



4.2.2.3 Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias corridos e consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 02 (dois) Dias Úteis contados da data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início desta Cláusula 4.2.2.3, convocar Assembleia Geral dos Debenturistas ("AGD" ou "Assembleia Geral") para deliberar, de comum acordo com a Emissora, e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração adotada pelos agentes de mercado em operações similares às Debêntures ("Remuneração Substitutiva"). Até o momento da definição ou aplicação, conforme o caso, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada para apuração de TDIk, a última Taxa DI divulgada oficialmente. Caso os Debenturistas reunidos em AGD, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), não aprovem a Remuneração Substitutiva proposta pela Emissora, a Emissora deverá, em até 60 (sessenta) dias contados da realização da AGD resgatar as

103 8720
REGISTRADO
E SE
CIRCULAÇÃO

Debêntures, sem incidência de qualquer prêmio, sendo que durante este período as Debêntures serão remuneradas pela última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.2.2.4 Para efeito desta Escritura de Emissão, considera-se “Debêntures em Circulação”, para os fins desta Escritura de Emissão, todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

4.2.2.5. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD e não haja qualquer vedação legal quanto a sua utilização, a referida AGD não será mais realizada, e a Taxa DI divulgada passará novamente a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.2.2.6. As Intervenientes Garantidoras desde já concordam com o disposto nas Cláusulas 4.2.2.3 e 4.2.2.3 acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos dos artigos 360 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de fevereiro de 2002 e alterações posteriores (“Código Civil”), mantendo-se as Fianças válidas e em pleno vigor, inclusive no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação.

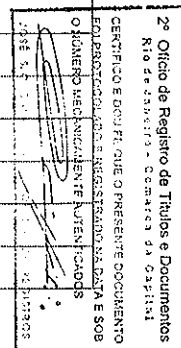
4.3. Amortização do Valor Nominal Unitário

4.3.1. A amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures terá período de carência de 18 (dezoito) meses, a contar da Data de Emissão (“Período de Carência do Principal”), sendo o primeiro pagamento realizado no 21º (vigésimo primeiro) mês, a contar da Data de Emissão.

4.3.2. O Valor Nominal Unitário será amortizado em parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, a partir do Período de Carência do Principal, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 08 de abril de 2015 e o último na Data de Vencimento, observado os seguintes volumes de amortizações por período (cada um, um “Período de Amortização”):

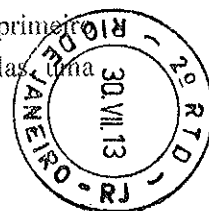
Datas de Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário a ser amortizado por parcela no Período de Amortização:
08 de abril de 2015	7,15%
08 de julho de 2015	7,15%
08 de outubro de 2015	7,15%
08 de janeiro de 2016	7,15%

08 de abril de 2016	7,15%
08 de julho de 2016	7,15%
08 de outubro de 2016	7,15%
08 de janeiro de 2017	7,15%
08 de abril de 2017	7,15%
08 de julho de 2017	7,15%
08 de outubro de 2017	7,15%
08 de janeiro de 2018	7,15%
08 de abril de 2018	7,15%
08 de julho de 2018	7,05%



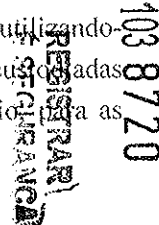
4.4. Periodicidade de Pagamento da Remuneração

4.4.1. A Remuneração será paga em parcelas trimestrais, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 08 de outubro de 2013 e o último na Data de Vencimento (cada uma delas uma “Data de Pagamento da Remuneração”).



4.5. Local de Pagamento

4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.



4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere à integralização das Debêntures, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme indicado na Cláusula 4.5 acima, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.7. Encargos Moratórios

4.7.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão sujeitos,

2º RTO-RJ REGISTRADO PARA OS FINS DO ART. 127, INCISO VII DA LEI DE REGISTROS PÚBLICOS: CONSERVAÇÃO E PERPETUIDADE DO DOCUMENTO.

desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independente de aviso ou notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a: (a) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido; e (b) multa convencional, irredutível e de natureza compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago ("Encargos Moratórios").

4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.9. Preço de Subscrição

4.9.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário ("Preço de Subscrição").

4.10. Forma de Integralização

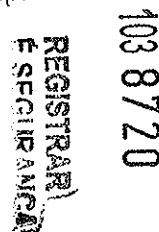
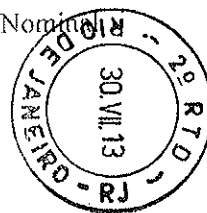
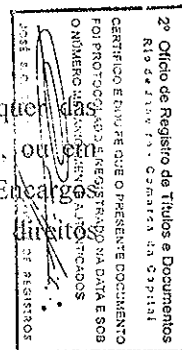
4.10.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"); em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.11. Repactuação

4.11.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.12. Publicidade

4.12.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, nos Jornais de Publicação da Companhia ou outro jornal que venha a ser designado para tanto pela assembleia geral de acionistas da Emissora, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores (www.clinicadelfin.com.br) ("Aviso aos Debenturistas"), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais.



4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.13.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato emitido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente no CETIP21.

4.14. Imunidade de Debenturistas

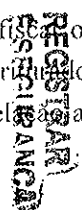
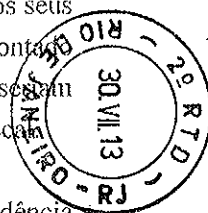
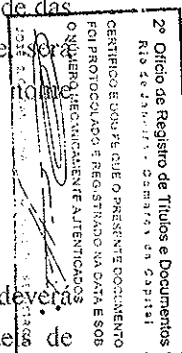
4.14.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Escriturador Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Do contrário, terá descontados dos seus rendimentos decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores que seriam devidos por aqueles que, nos termos da legislação tributária em vigor, não gozem de tal benefício fiscal.

O Debenturista que tenha prestado declaração sobre sua condição de imunidade, isenção, não-incidência ou alíquota zero de tributos, nos termos do item 4.14.1 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável ou, ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito ao Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Escriturador Mandatário, pela Emissora.

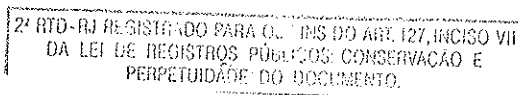
4.15. Garantia Fidejussória

4.15.1. Cada uma das Intervenientes Garantidoras, solidariamente, neste ato, obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadora, renunciando expressamente aos benefícios e direitos descritos na Cláusula 4.15.3 abaixo, obrigando-se como principais pagadoras responsáveis em solidariedade com a Emissora, pelo fiel, pontual e integral pagamento de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo o Valor Nominal Unitário das Debêntures, a Remuneração e os Encargos Moratórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa razoável e comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão ("Fiança" e "Valor Garantido").

4.15.2. Cada uma das Intervenientes Garantidoras obriga-se a pagar o Valor Garantido no prazo de até 8 (oito) Dias Úteis contados a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário às



103 8720



Intervenientes Garantidoras informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer parte do Valor Garantido. Os pagamentos serão realizados pelas Intervenientes Garantidoras de acordo com o estabelecido nesta Escritura de Emissão e fora do âmbito da CETIP.

4.15.3. As Intervenientes Garantidoras expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos, faculdades de exoneração de qualquer natureza e demais direitos previstos nos artigos 277, 333, 366, 824, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e nos artigos 77 e 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

4.15.4. As Intervenientes Garantidoras sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula 4.15, observado, entretanto, que as Intervenientes Garantidoras desde já concordam e obrigam-se a exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pelas Intervenientes Garantidoras nos termos da Fiança somente após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

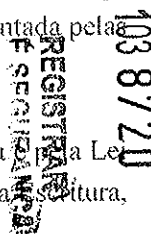
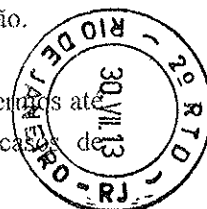
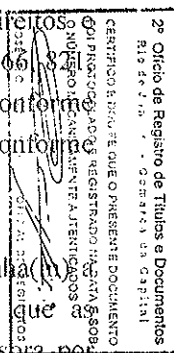
4.15.5. A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o completo, efetivo e irrevogável pagamento integral do Valor Garantido, inclusive nos casos de prorrogação da Data de Vencimento.

4.15.6. As Intervenientes Garantidoras desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures e das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão.

4.15.7. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída pela presente Escritura de Emissão, a Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da fiança prevista nesta Escritura, uma vez declarado o vencimento antecipado das Debêntures.

4.15.8. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as obrigações principais e acessórias garantidas.

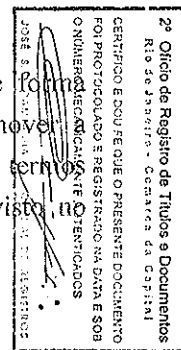
4.15.9. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.



4.16. Garantia Real

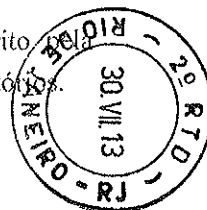
4.16.1. Em complemento à Fiança, as Debêntures também serão garantidas por meio de cessão fiduciária dos recebíveis de planos de saúde devidos à Emissora e/ou às Intervinentes Garantidoras, conforme descrito no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis "Contrato de Garantia"). O Contrato de Garantia, quando em conjunto com a Fiança, doravante "Garantias".

4.16.2. O Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretratável, para, em nome da Emissora, como seu bastante procurador, promover a averbação do Contrato de Garantia, caso a Emissora não o faça, às expensas da Emissora, nos termos dispostos nos artigos 653, 684 e parágrafo 1º do artigo 661 do Código Civil, conforme previsto no Contrato de Garantia.



CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA DE EMISSÃO

5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser celebrados por escrito, pela Emissora e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados na JUCEB e nos competentes Cartórios.



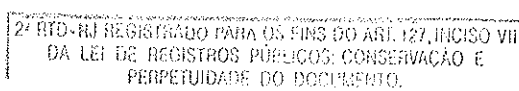
CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO, AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1 Resgate Antecipado Facultativo Total

6.1.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos nesta Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado total das Debêntures, a partir da Data de Emissão ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), mediante o envio de comunicação escrita, que deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo Total, dirigida ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total ("Comunicação de Resgate").

6.1.2. Para todos os fins de direito, a CETIP deverá ser comunicada acerca do Resgate Antecipado Facultativo Total, por meio de correspondência a ser encaminhada pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da efetiva data de Resgate Antecipado Facultativo Total ("Data de Resgate Antecipado Facultativo Total").

103 8720
REGISTRAR
E SEGUIRANCE



6.1.3. A Comunicação de Resgate deverá conter as seguintes informações (i) a Data de Resgate Antecipado Facultativo Total; (ii) o valor de resgate a ser pago aos titulares de Debêntures; (iii) o valor do prêmio a ser pago, conforme definido no item 6.1.6 abaixo; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.

6.1.3.1. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), acrescido da Remuneração incidente sobre o saldo devedor das Debêntures que estão sendo resgatadas, devida desde a Data de Integralização, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da de Resgate Antecipado Facultativo Total, acrescida do prêmio conforme definido no item 6.1.6. abaixo ("Prêmio Resgate"). O Prêmio será incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) acrescido da Remuneração incidente sobre o saldo devedor das Debêntures que estão sendo resgatadas, conforme previsto na Comunicação de Resgate.

6.1.4. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser liquidadas e canceladas pela Emissora.

6.1.5. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o Resgate Antecipado Facultativo Total deverá ocorrer em conformidade com os procedimentos operacionais da CETIP.

6.1.5. O Prêmio Resgate a ser pago na Data de Resgate Antecipado Facultativo Total será calculado conforme tabela abaixo:

Meses Decorridos contados da Data de Emissão	Prêmio Resgate
1	0,70%
6	0,60%
12	0,50%
18	0,45%
24	0,40%
30	0,35%
36	0,30%
42	0,25%
48	0,20%
54	0,15%
60	0,10%

6.2. Resgate Antecipado Facultativo Parcial

6.2.1. A Emissora não poderá realizar o resgate antecipado parcial das Debêntures.

6.3. Amortização Extraordinária

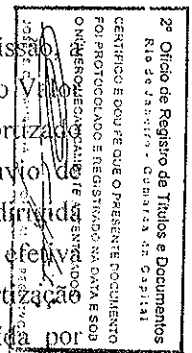
6.3.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos nesta Escritura de Emissão, em seu exclusivo critério, amortizar extraordinariamente até 98% (noventa e oito por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário Debêntures acrescido da Remuneração incidente sobre o valor a ser amortizado extraordinariamente e do Prêmio Amortização ("Amortização Extraordinária"), mediante o envio de uma comunicação escrita, que deverá descrever os termos e condições da Amortização Extraordinária, dirigida ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, com antecedência mínima de 05 (cinco) Dias Úteis da efetiva data de Amortização Extraordinária ("Comunicação de Amortização Extraordinária"). A Amortização Extraordinária em valor superior ao indicado não poderá ser realizada, devendo ser substituída por Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures.

6.3.2. Para todos os fins de direito, a CETIP deverá ser comunicada acerca da Amortização Extraordinária, por meio de correspondência a ser encaminhada pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, com no mínimo 02 (dois) Dias Úteis de antecedência da efetiva data de Amortização Extraordinária ("Data de Amortização Extraordinária").

6.3.3. A Comunicação de Amortização Extraordinária deverá conter as seguintes informações (i) a Data de Amortização Extraordinária, (ii) o valor das Debêntures a ser amortizado; (iii) o valor do Prêmio a ser pago, e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária.

6.3.4. O prêmio a ser pago na Data de Amortização Extraordinária será calculado conforme a tabela abaixo ("Prêmio Amortização");

Meses Decorridos contados da Data de Emissão	Prêmio Amortização
1	0,70%
6	0,60%
12	0,50%
18	0,45%
24	0,40%
30	0,35%
36	0,30%
42	0,25%
48	0,20%
54	0,15%

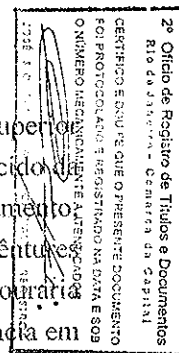


103 87 20
REGISTRAR E SEGUIR ANEXO

60	0,10%
----	-------

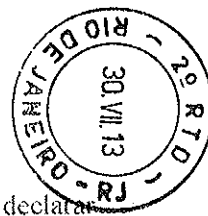
6.4. Aquisição Facultativa

6.4.1. A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação por preço não superior ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário, conforme o caso acrescido de Remuneração, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.



CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Observado o disposto nas Cláusulas 7.1.1 a 7.1.5 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora, mediante o envio de notificação contendo as respectivas instruções para pagamento, do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração correspondente, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização até a data do seu efetivo pagamento, ao tomar ciência da ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nas Cláusulas 7.1.1. e 7.1.2. (cada um desses eventos, um “Evento de Inadimplemento”).



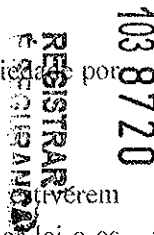
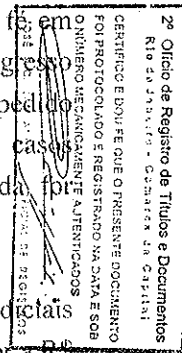
103.872.0
REGISTRO
E
DE
DEBÊNTURAS

7.1.1. A ocorrência de quaisquer dos eventos descritos abaixo acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento.

- (a) descumprimento, pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos relativos à Oferta Restrita não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil;
- (b) ocorrência de (i) dissolução, liquidação ou extinção da Emissora; (ii) decretação de falência da Emissora; (iii) pedido de autofalência formulado pela Emissora; (iv) pedido de falência formulado por terceiros de boa fé em face da Emissora que não tenha sido elidido no prazo legal; ou (v) ingresso pela Emissora em juízo com requerimento de recuperação judicial ou pedido de recuperação extrajudicial, independentemente de seu deferimento;

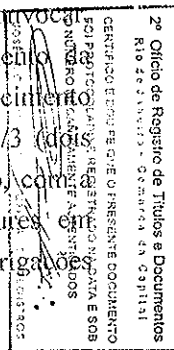
2º RIO-RJ REGISTRADO PARA OS FINS DO ART. 127, INCISO VII
DA LEI DE REGISTROS PÚBLICOS: CONSERVAÇÃO E
PERPETUIDADE DO DOCUMENTO.

- (c) ocorrência de (i) dissolução, liquidação ou extinção das Intervinentes Garantidoras; (ii) decretação de falência das Intervinentes Garantidoras; (iii) pedido de autofalência formulado pelas Intervinentes Garantidoras; (iv) pedido de falência formulado por terceiros de boa fé, em face das Intervinentes Garantidoras que não tenha sido elidido no prazo legal; ou (v) ingresso pelas Intervinentes Garantidoras em juízo com requerimento de recuperação judicial ou pedido de recuperação extrajudicial, independentemente de seu deferimento, exceto, em todos os casos aqui previstos, se a Garantia prestada pela respectiva Intervinente Garantidora afetada não for substituída;
- (d) não cumprimento pela Emissora de uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado que resultem no pagamento de valor, individual ou agregado, superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), exceto se a Emissora cumprir com tal obrigação no prazo estipulado;
- (e) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária não curada dentro do prazo de cura previsto no respectivo documento e/ou declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou das Intervinentes Garantidoras, que o saldo devedor à época, em valor individual ou agregado, seja superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;
- (f) transformação societária da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (g) pagamento pela Emissora de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio enquanto estiverem inadimplentes com as obrigações das Debêntures, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- (h) caso as Garantias venham a se tornar ineficazes ou inexecutáveis por decisão transitada em julgado, e tal ineficácia ou inexecutabilidade não seja revertida no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis da sua ocorrência;
- (i) a Emissora transferir ou por qualquer forma ceder a terceiros os seus direitos e obrigações decorrentes dos Documentos da Oferta, sem a prévia anuência de 90% (noventa por cento) dos debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (j) redução do capital social da Emissora, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações; e

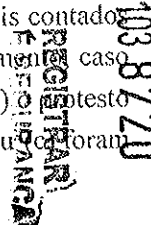
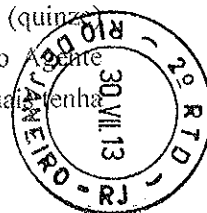


- (k) caso a Fiança seja objeto de questionamento judicial ou arbitral formulado pela Emissora e/ou pelas Intervinentes Garantidoras.

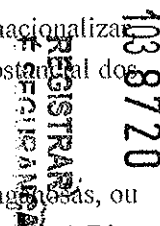
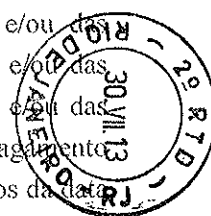
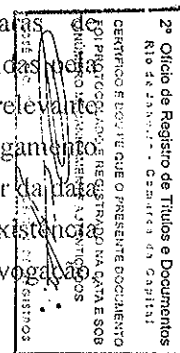
7.1.2. Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados abaixo, o Agente Fiduciário deverá convocar dentro do prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, AGD para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, por deliberação dos Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação. Caso a AGD não seja instalada, em segunda convocação, com a presença de Debenturistas que representem 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário deverá considerar vencidas antecipadamente, todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.



- (a) descumprimento, pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária estabelecida nesta Escritura de Emissão ou demais documentos relativos à Oferta Restrita, não sanada no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data do recebimento de notificação nesse sentido enviada pelo Agente Fiduciário, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- (b) protesto de títulos contra a Emissora ou qualquer uma de suas Intervinentes Garantidoras, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior ao equivalente em moeda nacional a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto se, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data de intimação para pagamento do protesto ou no prazo estabelecido para pagamento, caso inferior aos 15 (quinze) Dias Úteis, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (b) o protesto foi cancelado ou sustado; ou (c) foram prestadas garantias em juízo;
- (c) ocorrência de alterações no controle acionário direto ou indireto da Emissora e/ou das Intervinentes Garantidoras, excetuando-se os casos (i) em que a transferência de controle ocorrer entre empresas do mesmo grupo dos atuais acionistas diretos e/ou indiretos da Emissora e/ou das Intervinentes Garantidoras, conforme aplicável; ou (ii) em que a Delfpar S.A. permanecer com controle indireto da Emissora e/ou das Intervinentes Garantidoras, conforme aplicável;
- (d) cisão, total ou parcial, fusão ou incorporação da Emissora e/ou das Intervinentes Garantidoras, inclusive incorporação de ações, exceto (i) por cisão, total ou parcial, fusão ou incorporação em que sejam mantidos os atuais acionistas diretos e/ou indiretos da Emissora e/ou das Intervinentes Garantidoras, conforme aplicável; ou os casos (ii) em que a Delfpar S.A. permanecer com controle indireto da Emissora e/ou das Intervinentes Garantidoras, conforme aplicável;
- (e) caso a Escritura de Emissão ou qualquer uma de suas disposições relevantes forem revogadas, rescindidas, se tornarem nulas ou deixarem de estar em pleno efeito e vigor;



- (f) aplicação devidamente comprovada dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da definida nesta Escritura de Emissão;
- (g) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, alvarás, funcionamento ou licenças relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora que acarretem uma suspensão nas atividades da Emissora e reduzam de forma relevante o faturamento da Emissora impactando de forma adversa e relevante a capacidade de pagamento das Debêntures pela Emissora, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) Dias Úteis a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação, ou suspensão, a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional suspendendo os efeitos da não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das referidas autorizações e licenças;
- (h) arresto ou sequestro ou penhora de bens (exceto quando na penhora forem opostos, no prazo legal, os competentes embargos à execução) de bens do ativo permanente da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras que acarretem uma suspensão nas atividades da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras e reduzam de forma relevante o faturamento da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras impactando de forma adversa e relevante a capacidade de pagamento das Debêntures pela Emissora, exceto se, no prazo de até 20 (vinte) dias corridos contados da data do fato, o arresto ou sequestro seja cancelado ou suspenso;
- (i) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora;
- (j) caso as declarações feitas pela Emissora nesta Escritura de Emissão sejam falsas ou enganosas, ou ainda, sejam incorretas ou inconsistentes ou incompletas, exceto se no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data do recebimento de notificação nesse sentido, a Emissora corrigir a respectiva declaração; e
- (k) não observância, pela Companhia, da relação Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,0x ("Índice Financeiro"), a ser apurada anualmente pela Companhia e verificado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações para cálculo do referido Índice Financeiro, tendo por base as demonstrações financeiras da Companhia relativas a cada ano civil, a partir, inclusive, das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.



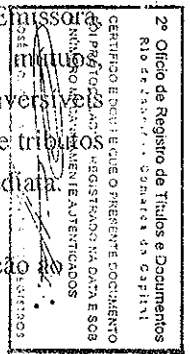
7.1.3. Observado o disposto nesta Cláusula VII, em caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures com o seu consequente cancelamento,

obrigando-se a pagar o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura de Emissão, em até 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento, pela Emissora, da comunicação escrita referida na Cláusula 7.1.1 acima, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios previstos na Cláusula 4.7 desta Escritura de Emissão.

7.1.4. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar notificação à CETIP informando o vencimento antecipado.

7.1.5. Para fins de cálculo da relação Dívida Líquida / EBITDA prevista na Cláusula 7.1.2 "k" acima:

- "Dívida Líquida" significa o somatório dos saldos das dívidas consolidadas da Emissora, incluindo dívidas da Emissora, perante pessoas físicas e/ou jurídicas, tais como empréstimos, avais e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, nos mercados local e/ou internacional, e obrigações referentes a parcelamento de tributos e/ou taxas; menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras com liquidez imediata.
- "EBITDA" significa o lucro da Emissora antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo do exercício social objeto da apuração.



CLÁUSULA VIII

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS INTERVENIENTES GARANTIDORAS

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devido das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora, conforme aplicável, obriga-se, ainda, a:

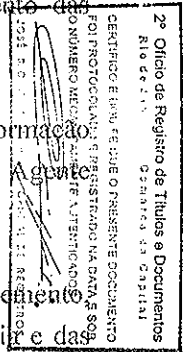
(a) fornecer ao Agente Fiduciário e ao Coordenador Líder:

- (a.1) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou (cinco) Dias Úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, (ii) relatório consolidado da memória de cálculo da Dívida Líquida/EBITDA, devidamente auditado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, compreendendo todas as rubricas necessária para a obtenção do referido cálculo, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos auditores independentes todos os eventuais



103 8720
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
RIO DE JANEIRO

esclarecimentos adicionais que se façam necessários; (iii) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência às demonstrações financeiras, e (iv) declaração do Diretor Presidente (ou seu equivalente) da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão;



(a.2) em até 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento da notificação, qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário;

(a.3) informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência, o qual deverá ser entregue ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis da verificação da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento; e



(a.4) dentro de 10 (dez) Dias Úteis do recebimento da solicitação, qualquer informação que razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");

(b) comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo previsto na alínea "a.3" acima, qualquer inadimplência no cumprimento das obrigações contraídas perante os Debenturistas;

(c) preparar e proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e pelas regras relevantes emitidas pela CVM para emissores de valores mobiliários nos termos da Instrução CVM 476, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;

(d) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil, e permitir que o Agente Fiduciário (ou auditor independente por este contratado às expensas da Emissora) realize auditoria extraordinária na Emissora, sendo que a respectiva solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria no prazo previsto na alínea "a.3" acima;

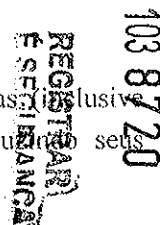
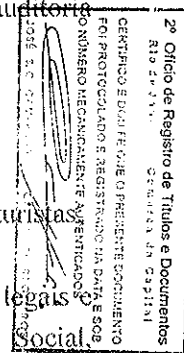
(e) convocar, nos termos da Cláusula X desta Escritura de Emissão, AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;

1008720
REGISTRAR
ESCRITURA

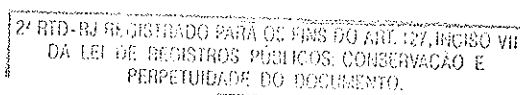
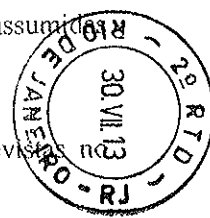
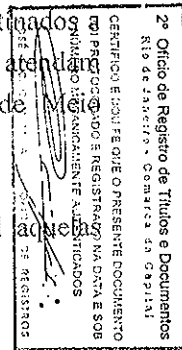
2º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA LEI DE REGISTROS PÚBLICOS: CONSERVAÇÃO E
PERPETUIDADE DO DOCUMENTO.

27

- (f) cumprir com todas as determinações eventualmente emanadas da CVM, como o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas por aquela autarquia, caso aplicável;
- (g) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (h) manter atualizados e em boa ordem seus livros e registros societários;
- (i) indicar um diretor que ficará responsável pelo atendimento, de forma eficiente, aos Debenturistas;
- (j) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor e não praticar nenhum ato em desacordo com seu Estatuto Social, Escritura de Emissão ou, quaisquer dos documentos relativos à Oferta Restrita;
- (l) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (m) divulgar a ocorrência de fato relevante em sua rede mundial de computadores, comunicando imediatamente o Agente Fiduciário e o Coordenador Líder;
- (o) tomar as medidas necessárias para:
- (o.1) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, concessões, licenças (inclusive licenças ambientais), alvarás e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios dentro do seu objeto social e das práticas comerciais usuais; e
 - (o.2) manter em boas condições de conservação os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução dos negócios de suas controladas diretas ou indiretas, excetuando-se pelo desgaste normal, bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho;
- (o) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures no CETIP21, conforme o disposto no Termo de Compromisso e Regulamento do CETIP21, por meio da CETIP;
- (p) contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo: (i) Banco Liquidante e Escriturador Mandatário; (ii) Agente Fiduciário; e (iii) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (i.e., CETIP21);



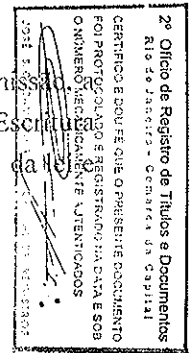
- (q) observar as normas de conduta previstas no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, com exceção de seu inciso III;
- (r) aplicar recursos obtidos por meio da Emissão de Debêntures estritamente conforme o descrito na Cláusula 3.7 acima, assegurando que os recursos decorrentes da Emissão não serão destinados a quaisquer finalidades e/ou projetos que possam causar danos sociais e que não atendam rigorosamente às normas legais e regulamentares que regem a Política Nacional de Meio Ambiente e às disposições estabelecidas pelos Princípios do Equador;
- (s) cumprir com todas as obrigações previstas na regulamentação aplicável, em especial aquelas dispostas no artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (t) fornecer todas as informações solicitadas pela CETIP e pela CVM;
- (u) não transferir ou de qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- (v) colaborar com o Coordenador Líder para o atendimento integral das obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009 (conforme aplicáveis);
- (l) manter-se existente, com seu atual objeto social, bem como com todas as aprovações e requerimentos, societários, governamentais ou regulamentares, ressalvadas as hipóteses de imaterialidade; e
- (m) observar em todos os aspectos materiais a legislação socioambiental, em especial, mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional, ao meio ambiente, bem como, o incentivo, pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras, à substituição ou utilização em suas atividades de mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo. O descumprimento desta obrigação será verificado (i) pelo proferimento de decisão administrativa ou judicial, contra a Emissora suas controladas diretas, controladora direta e/ou por qualquer das Intervenientes Garantidoras, apontando tal inobservância ou incentivo; ou (ii) pela inclusão da Emissora suas controladas diretas, controladoras direta e/ou por qualquer das Intervenientes Garantidoras em qualquer espécie de lista oficial de empresas que descumprem regras de caráter socioambiental, desde que, em qualquer dos casos, não revertido no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data do respectivo proferimento ou inclusão.



CLÁUSULA IX
AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura de Emissão, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas.



9.2. Declarações do Agente Fiduciário

9.2.1. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara, sob as penas da lei:

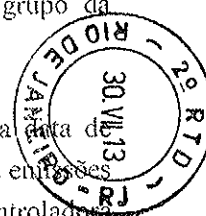
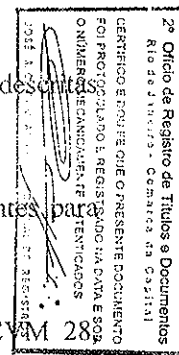
- (a) não ter nenhum impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter nenhuma ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;



REGISTRAR
E
SERVIDANÇA

103 8720

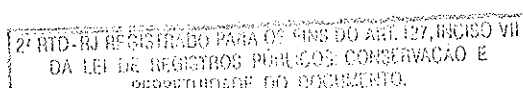
- (j) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (k) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- (l) aceitar a obrigação de acompanhar a ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado, descritas na Cláusula VII desta Escritura de Emissão;
- (m) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto;
- (n) que assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, na data de celebração desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário declara que inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário; e
- (o) conforme exigência do artigo 12, inciso XVII, alínea "k", da Instrução CVM 28, na data de celebração desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário declara que inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário.



9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, morte, intervenção, incapacitação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, a AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.6 abaixo.

9.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.



9.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto em AGD especialmente convocada para esse fim. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no art. 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

9.3.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser arquivado na JUCEB e nos competentes Cartórios.

9.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição, conforme aplicável, sendo que o término do exercício de suas funções, devendo no caso da substituição, formalizar o aditamento a presente Escritura de Emissão, que será devidamente arquivado na JUCEB e nos competentes Cartórios.

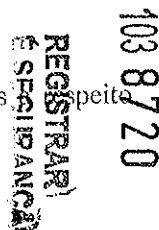
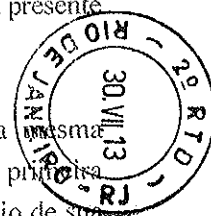
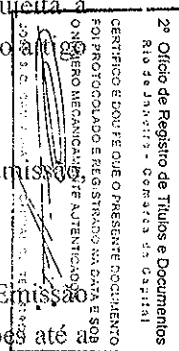
9.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis* a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.

9.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos baixados por atos da CVM.

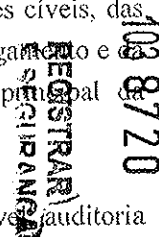
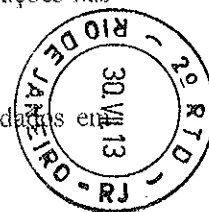
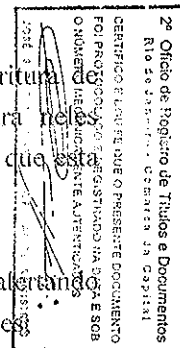
9.4. Deveres

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;



- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) verificar a regularidade da constituição das Garantias, bem como do valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (i) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, dos Cartórios de Protesto, das Juntas de Conciliação e Julgamento e da Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (j) solicitar, quando considerar necessário e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- (k) convocar, quando necessário, a AGD mediante anúncio publicado, pelo menos 03 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.12 desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão;
- (l) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo, sendo certo que o organograma, os dados financeiros e atos societários necessário para a elaboração deste será enviada pela Emissora no prazo máximo de 30 (trinta) dias prévios ao encerramento do prazo junto à CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora



deverá conter, inclusive, controladores, controladas e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social:

(m.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

(m.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

(m.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;

(m.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(m.5) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

(m.6) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;

(m.7) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

(m.8) pagamentos da Remuneração realizada no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

(m.9) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Garantias prestadas nos termos das Cláusulas 4.15 e 4.16 acima; e

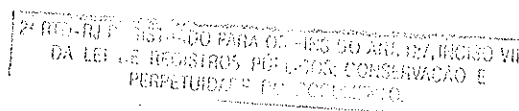
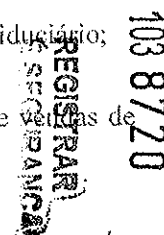
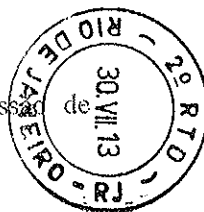
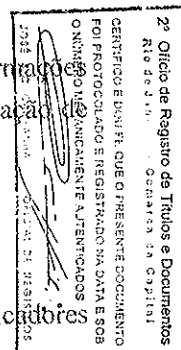
(m.10) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo econômico da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28.

(n) disponibilizar o relatório de que trata a alínea “m” acima aos Debenturistas no prazo disposto na regulamentação aplicável, ao menos nos seguintes locais:

(o.1) na sede da Emissora;

(o.2) em sua sede social;

(o.3) na CVM;



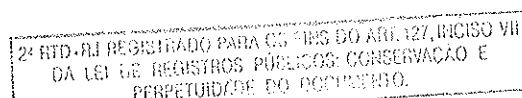
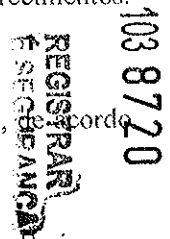
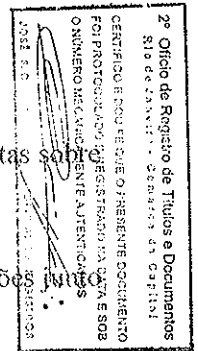
(o.4) na CETIP; e

(o.5) na sede do Coordenador Líder;

- (o) publicar, nos Jornais de Publicação da Companhia, anúncio comunicando aos Debenturistas sobre a disponibilidade do relatório nos locais indicados na alínea "n" acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestão conjunta à Emissora, ao Escriturador Mandatário e à CETIP;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e do Contrato de Garantia, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, informando prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
- (r) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (s) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (t) disponibilizar, diariamente, o Valor Nominal Unitário das Debêntures calculado pela Emissora, disponibilizando-o aos Debenturistas e à Emissora em seu site (www.pentagonotrustee.com.br); e
- (u) acompanhar com o Banco Liquidante, em cada data de pagamento da remuneração, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão.

9.4.2. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em AGD.

9.4.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a



Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

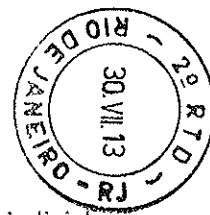
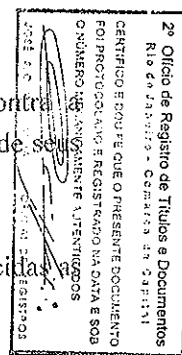
- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento integral dos Debenturistas;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (d) requerer a falência da Emissora; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "e" da Cláusula 9.5.1 acima se, convocada a AGD, esta assim autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea "d" da Cláusula 9.5.1 acima.

9.6. Remuneração do Agente Fiduciário

9.6.1. Serão devidas ao Agente Fiduciário pela Emissora, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, parcelas anuais de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após data de assinatura desta Escritura de Emissão, e os seguintes no mesmo dia dos anos subsequentes.

9.6.2. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva



103.872.0
RECEBUE
E ESCRITURA
DE DEBENTURAS

prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

9.6.3. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.6.4. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

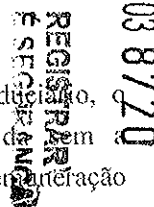
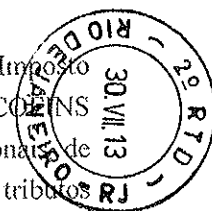
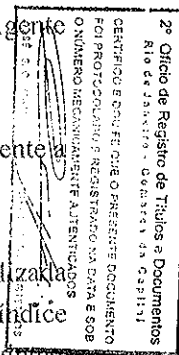
9.6.5. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 9.6.1 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro-rata temporis*, se necessário.

9.6.6. As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) incluindo quaisquer juros, adicionais de impostos multas ou penalidades correlatadas que porventura venham a incidir com relação aos tributos sobre operações da espécie, bem como, quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes, excetuando-se o IR (Imposto de Renda).

9.6.7. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida em contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, à Emissora.

9.6.8. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

9.6.9. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração mencionada na Cláusula 9.6.1 acima, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago e multa moratória convencional, irredutível e de natureza compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento.



9.7. Despesas

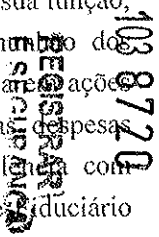
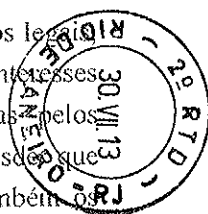
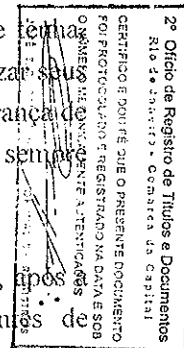
9.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenham comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, devendo ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora.

9.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula 9.7 será efetuado, em 5 (cinco) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora mediante entrega dos comprovantes de pagamento.

9.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também gastos com honorários advocatícios razoáveis de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunidade dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplemento com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.7.4. As despesas a que se refere esta Cláusula 9.7 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

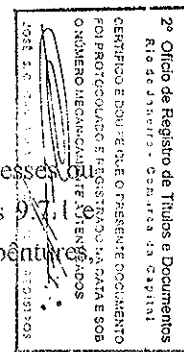
- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora, em razão de motivo justificado;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, e alimentação quando necessárias ao desempenho das funções;



(d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e

(e) *conference call* e contatos telefônicos.

9.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses, para realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nas Cláusulas 9.7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.



CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À AGD aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

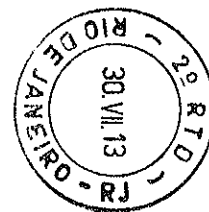
10.1. Convocação

10.1.1. As AGDs podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM ou pelos Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

10.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos, 3 (três) vezes, nos jornais de imprensa referidos na Cláusula 4.12 desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

10.1.3. As AGDs deverão ser realizadas, em primeira convocação, no prazo mínimo de 8 (oito) dias contados da data da primeira publicação da convocação, ou, não se realizando a Assembleia Geral em primeira convocação, em segunda convocação, em, no mínimo, 5 (cinco) dias contados da data da publicação do novo anúncio de convocação.

10.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quorums* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral.



REGISTRADO
1038720
E.S.P.A.C.A.

10.2. Quorum de Instalação

10.2.1. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, as AGDs se instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.

10.3. Quorum de Deliberação

10.3.1. Nas deliberações das AGDs, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.3.2 abaixo, ou pelo que em demais quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em AGD dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

10.3.2. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 10.3.1 acima as seguintes alterações que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação: (i) a Remuneração (exceto pelo previsto na Cláusula 4.2.1.3 acima); (ii) o quorum de deliberação das Assembleias Gerais; (iii) o prazo de vigência das Debêntures; (iv) a forma de pagamento das Debêntures; (v) as hipóteses de vencimento antecipado (inclusive no caso de renúncia), exceto conforme previsto na Cláusula 7.1.2 acima e com relação à alteração do Índice Financeiro (previsto na Cláusula 7.1.2 "k" que deverá observar a regra estabelecida na Cláusula 10.3.1 acima; e (v) os termos e condições da Fiança e do Contrato de Garantia.

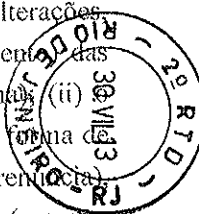
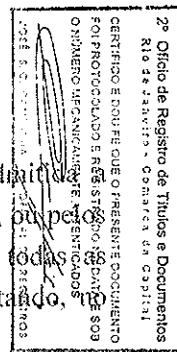
10.3.3. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora e das Intervenientes Garantidoras nas Assembleias Gerais, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

10.3.5. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS INTERVENIENTES GARANTIDORAS

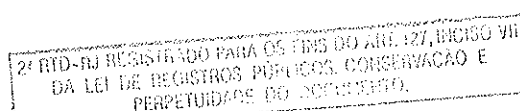
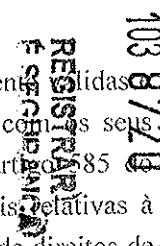
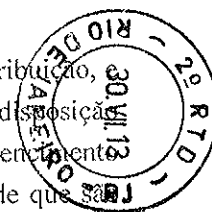
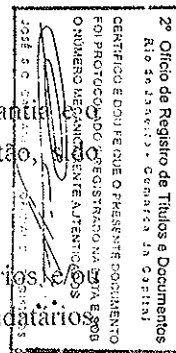
11.1. A Emissora e as Intervenientes Garantidoras declaram e garantem ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

2ª RTD-RJ REGISTRADO PARA OS FINS DO ART. 127, INCISO VII
DA LEI DE REGISTROS PÚBLICOS: CONSERVAÇÃO E
PERPETUIDADE DO DOCUMENTO.

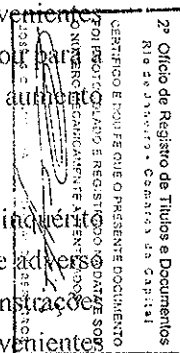


103 87 20
REGISTRAR
ESCRITURA
E FIANÇA

- (a) são sociedades por ações e limitadas, conforme aplicável, devidamente organizadas, constituídas e existentes de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) estão devidamente autorizadas a celebrar esta Escritura de Emissão, o Contrato de Garantia e o Contrato de Distribuição e a cumprir todas as obrigações nestes previstas, tendo, então, satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Garantia e do Contrato de Distribuição, o cumprimento das obrigações previstas em tais instrumentos não infringem nenhuma disposição relevante, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer dos contratos relevantes de que são partes, ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos relevantes para a condição dos negócios da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras;
- (e) as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão constituem obrigações legalmente vinculantes da Emissora e da Intervenientes Garantidoras, exequíveis de acordo com seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 885 do Código de Processo Civil, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (f) detêm todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;
- (g) estão cumprindo com todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto quando o não cumprimento de tais leis, regulamentos, normas administrativas e determinações não afete o cumprimento das obrigações da Emissora ou da Intervenientes Garantidoras no âmbito da Emissão;
- (h) as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrados em 31 de dezembro de 2012, e as informações financeiras trimestrais relativas aos períodos de 3 (três) meses findos em 30 de março de 2013 apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora e da Intervenientes Garantidoras nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora e da Intervenientes Garantidoras referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram



elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos na República Federativa do Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora e da Intervinentes Garantidoras, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora ou a Intervinentes Garantidoras fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora ou para as Intervinentes Garantidoras, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora ou da Intervinentes Garantidoras;

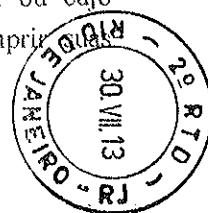
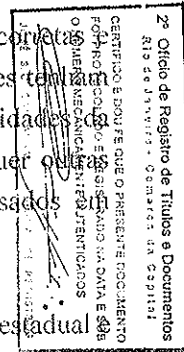


- (i) não foram citadas em nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, incidente ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora e/ou à Intervinentes Garantidoras, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Emissora e pela Intervinentes Garantidoras, conforme o caso;
- (j) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora e sobre a Intervinentes Garantidoras, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Emissora e das Intervinentes Garantidoras, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;
- (k) não omitiram ou omitirão nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das suas situações econômico-financeira e jurídica, em prejuízo dos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures;
- (l) não têm nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;
- (m) não têm conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (n) estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão e não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer evento de inadimplemento;
- (o) têm plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM; e



1038720
REGISTRAR
FEI
1038720

- (p) as informações prestadas no âmbito da Oferta Restrita são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para que os Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures tenham conhecimento da Emissora, suas atividades e sua situação financeira, das responsabilidades da Emissora e da Intervinentes Garantidoras, além dos riscos a suas atividades e quaisquer outras informações relevantes à tomada de decisões dos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures, na extensão exigida pela legislação aplicável;
- (q) estão em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão.



CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

12.1.1. Quaisquer notificações, instruções ou comunicações a serem realizadas por qualquer das Partes em virtude desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

103 8720
REGISTRAR
E SECURANÇA

Para a Emissora:

Clínica Delfin Gonzalez Miranda S.A.

Avenida Antônio Carlos Magalhães, nº 442, Parque Bela Vista

40280-000 - Salvador, BA

At.: Sr. Maximiliano Silva / Sr. André Rocha

Tel.: (71) 3270 8960

Fax: (71) 3270 8576

E-mail: maximiliano.silva@grupodelfin.com.br / andrerocha@grupodelfin.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora De Títulos e Valores Mobiliários

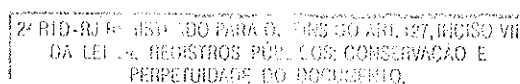
Rua Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514

22640-102 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro)

Tel.: (21) 3385-4565 Fax: (21) 3385-4046

E-mail: middle@pentagonotrustee.com.br / backoffice@pentagonotrustee.com.br



Para o Banco Liquidante:

Banco Bradesco S.A.

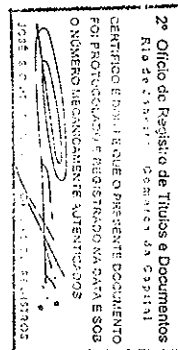
Núcleo Administrativo Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara
06029-900 - Osasco, SP

At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fábio da Cruz Tomo

Tel.: (11) 3684-7911 / 3684-2852

Fax: (11) 3684-2714

E-mail: 4010jbsouza@bradesco.com.br / 4010.tomo@bradesco.com.br



Para o Escriturador Mandatário:

Banco Bradesco S.A.

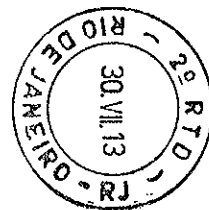
Núcleo Administrativo Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara
06029-900 - Osasco, SP

At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fábio da Cruz Tomo

Tel.: (11) 3684-7911 / 3684-2852

Fax: (11) 3684-2714

E-mail: 4010jbsouza@bradesco.com.br / 4010.tomo@bradesco.com.br



Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

01452-001 – São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel.: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

103 8720
REGISTRAR
E SEQUESTRAR

Para a Interviente Garantidora:

Delfin Médicos Associados Ltda.

Avenida São Rafael, nº 2.152

41253-190 – Salvador, BA

At.: Sr. Maximiliano Silva / Sr. André Rocha

Tel.: (71) 3270 8960

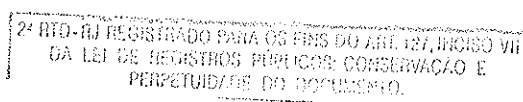
Fax: (71) 3270 8576

E-mail: maximiliano.silva@grupodelfin.com.br / andrerocha@grupodelfin.com.br

Para a Interviente Garantidora:

Clínica Delfin Villas Diagnósticos Por Imagem Ltda.

Loteamento Varandas Tropicais, Lote 01, Quadra 03, Vilas do Atlântico



42700-000 - Lauro de Freitas, BA

At.: Sr. Maximiliano Silva / Sr. André Rocha

Tel.: (71) 3270 8960

Fax: (71) 3270 8576

E-mail: maximiliano.silva@grupodelfin.com.br / andrerocha@grupodelfin.com.br

Para a Interveniente Garantidora:

Delfin SAJ Médicos Associados Ltda.

Rua Luis Argolo, nº 59, Centro

44572-030 – Santo Antônio de Jesus, BA

At.: Sr. Maximiliano Silva / Sr. André Rocha

Tel.: (71) 3270 8960

Fax: (71) 3270 8576

E-mail: maximiliano.silva@grupodelfin.com.br / andrerocha@grupodelfin.com.br

Para a Interveniente Garantidora:

IDI Instituto De Diagnóstico Por Imagem Ltda.

Avenida Getúlio Vargas, nº 3.506, Ponto Central

44042-010 - Feira de Santana, BA

At.: Sr. Maximiliano Silva / Sr. André Rocha

Tel.: (71) 3270 8960

Fax: (71) 3270 8576

E-mail: maximiliano.silva@grupodelfin.com.br / andrerocha@grupodelfin.com.br

Para a Interveniente Garantidora:

CLIN - Clínica De Diagnóstico Por Imagem Natal Ltda. - ME

Avenida Rodrigues Alves, nº 785, Tirol

59020-200 – Natal, RN

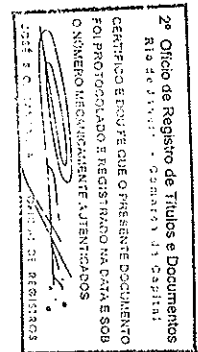
At.: Sr. Maximiliano Silva / Sr. André Rocha

Tel.: (71) 3270 8960

Fax: (71) 3270 8576

E-mail: maximiliano.silva@grupodelfin.com.br / andrerocha@grupodelfin.com.br

12.1.2. As notificações, instruções e comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima e, se enviada por fac-símile ou por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pelo remetente. Os respectivos originais dos documentos enviados por fac-símile ou por e-mail deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.



103 8720
REGISTRAR
E SECRETARIA

2ª RTD-RJ REVISADO PARA OS FINS DO ART. 137, INCISO VII
DA LEI DE REGISTROS PÚBLICOS, CONSERVAÇÃO E
PERPETUIDADE DO DOCUMENTO.

12.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.

12.2. Renúncia

12.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora e/ou das Intervinentes Garantidoras prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora e pela Intervinente Garantidoras nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Veracidade da Documentação

12.3.1. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá a responsabilidade de apresentar documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

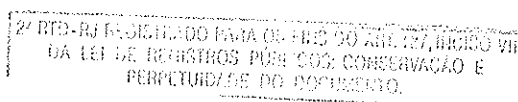
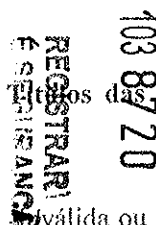
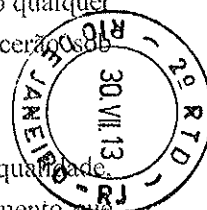
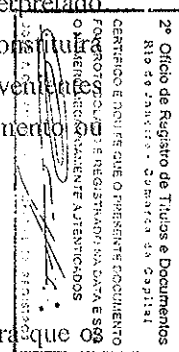
12.3.2. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, quantidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.

12.4. Independência das Disposições da Escritura de Emissão e Interpretação dos seus Cláusulas

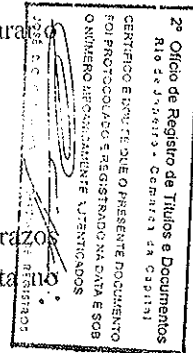
12.4.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.5. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

12.5.1. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta



Escritura de Emissão e com relação às Debêntures estão sujeitas à execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.



12.6. Cômputo do Prazo

12.6.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

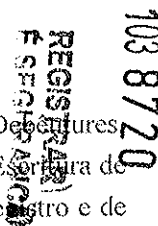
12.7. Atualização de Valores

12.7.1. A partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, todos os valores em Reais (R\$) de constantes, inclusive os mencionados na Cláusula VII acima, deverão ser corrigidos pela variação do I.P.M., ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, observando-se que tal disposição não se aplica a valores relacionados às Debêntures propriamente ditas, tais como o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou a Remuneração.



12.8. Despesas

12.8.1. A Emissora arcará com todos os custos: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) decorrentes do registro desta Escritura de Emissão nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, com relação à fiança; e (c) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão e os atos societários da Emissora.



12.9. Lei Aplicável

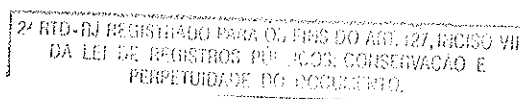
12.9.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.10. Foro

12.10.1. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

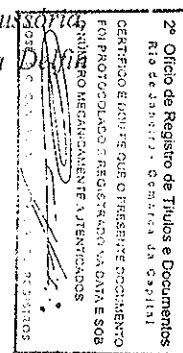
Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 15 de julho de 2013.



47

(Página de Assinatura 1/8 do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Clínica Gonzalez Miranda S.A.")



CLÍNICA DELFIN GONZALEZ MIRANDA S.A.

Delfin Gonzalez Miranda
Nome: Delfin Gonzalez Miranda
Cargo: Diretor Presidente

Wilson Leite Pereira
Nome: Wilson Leite Pereira
Cargo: Diretor Operações

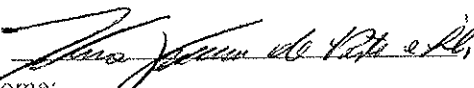


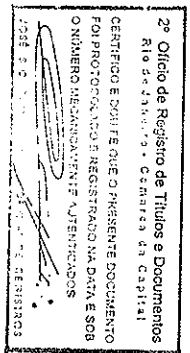
REGISTRAR
E SEGUERANÇA

103 8720

(Página de Assinatura 2/8 do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Clínica Delfin Gonzalez Miranda S.A.")

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: **Pedro Silva**
Cargo: **Procurador**



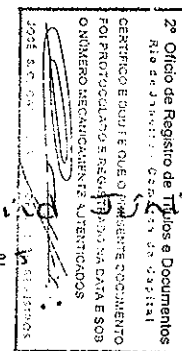
103 8720
REGISTRAR
E SERVIDANÇA

2º RIO-RJ REGISTRADO PARA OS FINS DO ART. 127, INCISO VII
DA LEI DE REGISTROS PÚBLICOS: CONSERVAÇÃO E
PERPETUIDADE DO DOCUMENTO.

(Página de Assinatura 3/8 do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Clínica Delfin Gonzalez Miranda S.A.").

DELFIN MÉDICOS ASSOCIADOS LTDA.

Delfin Gonzalez Miranda Wilson de Almeida Pedreira
Nome: Delfin Gonzalez Miranda Nome: Wilson de Almeida Pedreira
Cargo: Diretor Presidente Cargo: Diretor Operações

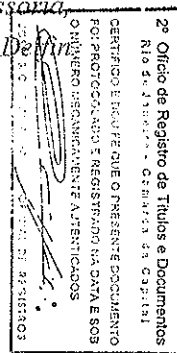


103 8720
REGISTRAR)
E SEQUENCIALMENTE AUTENTICADOS

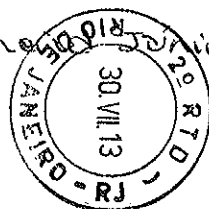
[Handwritten signature]

(Página de Assinatura 4/8 do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Clínica Delphin Gonzalez Miranda S.A.").

CLÍNICA DELFIN VILLAS DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM LTDA.



Nome: Delphin Gonzalez Miranda Nome: Wilson Leite Pedreira Junior
Cargo: Diretor Presidente Cargo: Diretor Operações



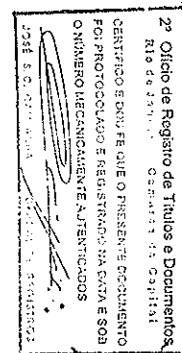
REGISTRAR
E SEQUESTRAR

103 8720

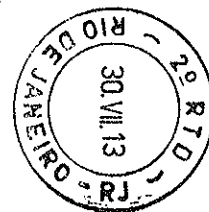
2º RTD-RJ REGISTRADO PARA OS FINS DO ART. 127, INCISO VII
DA LEI DE REGISTROS PÚBLICOS: CONSERVAÇÃO E
PERPETUIDADE DO TÍTULO.

(Página de Assinatura 5/8 do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Clínica Delfin Gonzalez Miranda S.A.").

DELFIN SAJ MÉDICOS ASSOCIADOS LTDA.



Nome: Delfin Gonzalez Miranda Nome: Wilson Heitor Pedreira Junior
Cargo: Diretor Presidente Cargo: Diretor Operações



REGISTRAR
E SEGURANÇA

103 8720

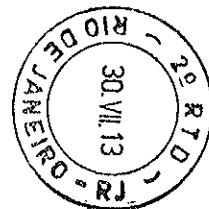
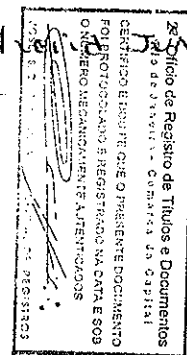
2º RTD-RJ REGISTRADO PARA OS FINS DO ART. 127, INCISO VII
DA LEI DE REGISTROS PÚBLICOS: CONSERVAÇÃO E
PERPETUIDADE DO DOCUMENTO.

(Página de Assinatura 6/8 do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Clínica Delfin Gonzalez Miranda S.A.").

IDI INSTITUTO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA.

Delfin Gonzalez Miranda
Nome: Delfin Gonzalez Miranda
Cargo: Diretor Presidente

Wilson Leite Pedreira
Nome: Wilson Leite Pedreira
Cargo: Diretor Operações



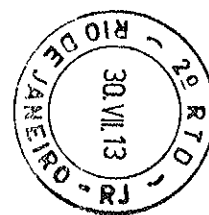
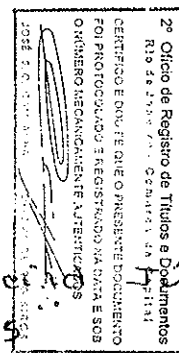
103 8720
REGISTRAR
E SEGUIR ANEXO

2º ETD-RJ REGISTRADO PARA OS FINS DO ART. 127, INCISO VII
DA LEI DE REGISTROS PÚBLICOS - CONSERVAÇÃO E
PERPETUIDADE DO REGISTRO.

(Página de Assinatura 7/8 do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Clínica Delfin Gonzalez Miranda S.A.").

CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA.

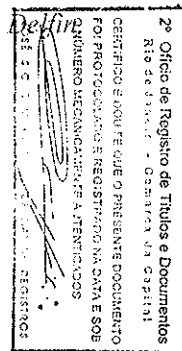
Delfin Gonzalez Miranda Wilson Delfin Pedreira Junior
Nome: Delfin Gonzalez Miranda Nome: Wilson Delfin Pedreira Junior
Cargo: Diretor Presidente Cargo: Diretor DPendções




REGISTRAR
E SEGUERANÇA

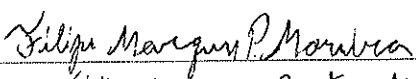
103 8720

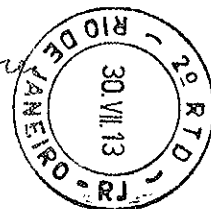
(Página de Assinatura 8/8 do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Clínica Dentária Gonzales Miranda S.A.")



Testemunhas:


Nome: Nathália R. Rocha
CPF: 130.950.987-58
RJ: 21.335.277-6


Nome: Felipe Marques Portes Moura
CPF: 112.588.347-23



103 872 0
REGISTRAR
E SEGURANÇA

2º RIO-RJ REGISTRADO PARA OS FINS DO ART. 177, INCISO VII
DA LEI DE REGISTROS PÚBLICOS: CONSERVAÇÃO E
PERPETUIDADE DO DOCUMENTO.